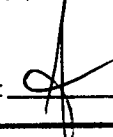




<b>CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAI</b>
Protocolo Nº <u>0271123</u>
14 FEV 2025
Assinatura: 

**MENSAGEM Nº 017/2025**

Pirai, 13 de fevereiro de 2025.

=====

Excelentíssimo Senhor Presidente,  
Nobres Vereadores.

CMP - PIRAI-RJ  
Processo nº 0271123  
Rúbrica f Fls 02

Atendendo o anseio dos servidores públicos do Município de Pirai e dos conselheiros tutelares, submetemos para análise e aprovação de Vossas Excelências, Projeto de Lei que disciplinava a concessão do Auxílio – Alimentação aos servidores públicos e agentes políticos do Poder Executivo do Município de Pirai, bem como, aos conselheiros tutelares, o que resultou na edição da Lei Municipal nº 1.793, de 03 de fevereiro de 2025.

Ocorre que após levantamento realizado pela Secretaria de Administração, junto às demais secretarias que compõe a estrutura administrativa municipal, restou comprovado a necessidade de incluir dispositivos legais, que assegurem maior assiduidade do servidor beneficiário do auxílio alimentação, no desenvolvimento das suas atribuições, e nos serviços prestados a nossa população.

Para evitar descontinuidade na prestação de um serviço público de qualidade, principalmente na área da educação e saúde, se mostra imperioso fixar limites quanto ao período de licenças médicas, como também na concessão de licença prêmio, promovendo, também, pelo presente Projeto à exclusão do auxílio alimentação aos agentes políticos.

Entendendo ser desnecessário, maiores justificativas para aprovação do Projeto adunado a presente Mensagem, por essa Colenda Casa de Leis, apresento a Vossa Excelência e aos seus Ínclitos Pares protestos de elevada estima e profunda consideração.

Atenciosamente, LUIZ FERNANDO DE SOUZA:56921195791

Assinado de forma digital por LUIZ FERNANDO DE SOUZA:56921195791  
Dados: 2025.02.14 10:43:11 -03'00'

**LUIZ FERNANDO DE SOUZA**  
**Prefeito Municipal**

**A Sua Excelência o Senhor**  
**MOACIR GONÇALVES DA ROCHA JUNIOR**  
**Presidente da Câmara Municipal de Pirai/RJ.**



CMP - PIRAI-RJ  
Processo nº 0271125  
Rúbrica 8 Fis 03

**PROJETO DE LEI Nº 19 /2025**

**“Institui o Auxílio – Alimentação aos servidores públicos do Poder Executivo do Município de Pirai, bem como, aos conselheiros tutelares e, dá outras providências”.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAI,**

**Art. 1º** - O Auxílio Alimentação de que trata esta Lei é benefício de caráter assistencial, isonômico, de natureza indenizatória, e será devido aos servidores públicos do Poder Executivo do Município de Pirai, bem como, aos conselheiros tutelares, desde que em efetivo exercício de suas funções.

**§ 1º** - Será devido o Auxílio Alimentação ao servidor público cedido ao Município de Pirai, que não perceba benefício semelhante no órgão de origem.

**§ 2º** - Na hipótese da existência de benefício semelhante no órgão de origem do servidor público cedido ao Município de Pirai, será facultado a opção pelo benefício de que cuida esta Lei.

**§ 3º** - O servidor que acumule cargos na forma da Constituição fará jus à percepção de um único Auxílio Alimentação.

**Art. 2º** - Auxílio Alimentação não será:

- I - Incorporado ao vencimento, remuneração, proventos ou pensão;
- II - Configurado como rendimento tributável e não sofrerá incidência de contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Pirai;
- III - Caracterizado como salário-utilidade ou prestação salarial *in natura*.

**Art. 3º** - O valor mensal do Auxílio Alimentação será de R\$ 500,00 ( quinhentos reais), e será pago na forma de pecúnia, devidamente discriminado no contra cheque dos agentes públicos discriminados no artigo 1º, observando o disposto no inciso II do art. 2º da presente Lei.



**Art. 4º** - O valor mensal do Auxílio Alimentação, havendo disponibilidade orçamentária e financeira, será reajustado anualmente, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

**Parágrafo Único** - O reajuste do Auxílio Alimentação não está vinculado à concessão da revisão geral anual (art. 37, inciso X, da Constituição Federal).

**Art. 5º** - A concessão do Auxílio Alimentação será devido a partir do dia em que o agente público entrar em efetivo exercício, cujo cálculo será proporcional aos dias efetivamente trabalhados.

**Art. 6º** - O Auxílio Alimentação será suspenso nos casos de:

I – Licença para tratamento de saúde superior a 15 (quinze) dias;

II– Licença prêmio;

III– Licença para serviço militar;

IV – Licença para atividade política;

V – Licença para tratar de interesses particulares;

VI – Licença para o desempenho de mandato classista;

VII – No caso de servidores efetivos que estejam cedidos a outros órgãos da Administração Pública; e

VIII – Nos casos de afastamento que implique em perda do vencimento.

**Art. 7º** - Os valores creditados indevidamente à título de Auxílio Alimentação, no mês no início do afastamento, serão compensados quando do retorno do efetivo exercício ou no mês subsequente.

**Art. 8º** - A presente Lei será regulamentada por Decreto do Poder Executivo no que couber, observando a legislação pertinente.

**Art. 9º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, reatragindo seus efeitos financeiros a partir de 01 de fevereiro de 2025.

**Art. 10** - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 1.793, de 03 de fevereiro de 2025.

LUIZ FERNANDO DE  
SOUZA:5692119579  
1  
Assinado de forma digital por  
LUIZ FERNANDO DE  
SOUZA:56921195791  
Dados: 2025.02.14 10:44:01 -03'00'

\*\*\*\*\*

**Lei nº 1.793, de 03 de fevereiro de 2025.**

**“Institui o Auxílio – Alimentação aos servidores públicos e agentes políticos do Poder Executivo do Município de Pirai, bem como, aos conselheiros tutelares e, dá outras providências”.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAI aprova e eu sanciono a seguinte Lei:**

**Art. 1º** - O Auxílio Alimentação de que trata esta Lei é benefício de caráter assistencial, isonômico, de natureza indenizatória, e será devido aos servidores públicos, aos agentes políticos do Poder Executivo do Município de Pirai, bem como, aos conselheiros tutelares, desde que em efetivo exercício de suas funções.

**§ 1º** - Será devido o Auxílio Alimentação ao servidor público cedido ao Município de Pirai, que não perceba benefício semelhante no órgão de origem.

**§ 2º** - Na hipótese da existência de benefício semelhante no órgão de origem do servidor público cedido ao Município de Pirai, será facultado a opção pelo benefício de que cuida esta Lei.

**§ 3º** - O servidor que acumule cargos na forma da Constituição fará jus à percepção de um único Auxílio Alimentação.

**Art. 2º** - Auxílio Alimentação não será:

- I - Incorporado ao vencimento, remuneração, proventos ou pensão;
- II - Configurado como rendimento tributável e não sofrerá incidência de contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Pirai;
- III - Caracterizado como salário-utilidade ou prestação salarial *in natura*.

**Art. 3º** - O valor mensal do Auxílio Alimentação será de R\$ 500,00 (quinhentos reais), e será pago na forma de pecúnia, devidamente discriminado no contra cheque dos agentes públicos discriminados no artigo 1º, observando o disposto no inciso II do art. 2º da presente Lei.



**Art. 4º** - O valor mensal do Auxílio Alimentação, havendo disponibilidade orçamentária e financeira, será reajustado anualmente, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

**Parágrafo Único** - O reajuste do Auxílio Alimentação não está vinculado à concessão da revisão geral anual (art. 37, inciso X, da Constituição Federal).

**Art. 5º** - concessão do Auxílio Alimentação será devido a partir do dia em que o agente público entrar em efetivo exercício, cujo cálculo será proporcional aos dias efetivamente trabalhados.

**Art. 6º** - O Auxílio Alimentação será suspenso nos casos de:

I – Licença para serviço militar;

II – Licença para atividade política;

III – Licença para tratar de interesses particulares;

IV – Licença para o desempenho de mandato classista;

V – No caso de servidores efetivos que estejam cedidos a outros órgãos da Administração Pública; e

VI – Nos casos de afastamento que implique em perda do vencimento.

**Art. 7º** - Os valores creditados indevidamente à título de Auxílio Alimentação, no mês no início do afastamento, serão compensados quando do retorno do efetivo exercício ou no mês subsequente.

**Art. 8º** - A presente Lei será regulamentada por Decreto do Poder Executivo no que couber, observando a legislação pertinente.

**Art. 9º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros a partir de 01 de fevereiro de 2025.

**Art. 10** - Revogam-se as disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAI**, em 05 de fevereiro de 2025.

  
**LUIZ FERNANDO DE SOUZA**  
Prefeito Municipal